

CORREIO FLUMINENSE

Otacílio Barbosa/ Alerj



Sem concorrentes, Douglas Ruas foi eleito com 44 votos

Deputado Douglas Ruas é eleito presidente da Alerj

Numa eleição contestada e sem concorrentes, Douglas Ruas (PL) foi eleito o novo presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) com 44 votos e uma abstenção. Como forma de protesto pelo fato da eleição ter sido de voto aberto, o deputado Vitor Hugo (PDT) retirou sua candidatura e partidos da base de Eduardo Paes - PSD, MDB, Podemos, PT, PDT, PSB, Cidadania, PCdoB e PV - não participaram da votação. Também foi eleito o segundo secretário, Dr. Deodalto (PL). Um dos primeiros atos de Ruas será ter uma reunião com o desembargador Ricardo Couto, para discutir os rumos do estado, diante deste impasse jurídico.

Próximos passos da nova gestão

"A Alerj deu um passo importante na retomada da normalidade institucional. Cumprimos o regimento interno e elegemos o presidente da Casa. Eu pretendo procurar o governador em exercício e, através do diálogo, construir a melhor solução para o estado", disse o deputado. Além de buscar diálogo, Ruas quer entender melhor a situação do processo no Supremo Tribunal Federal (STF) e procurar um entendimento melhor com a Corte.

Divulgação/ Uerj



Uerj abre inscrições para primeira fase do vestibular

UERJ abre inscrições para vestibular

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) abriu as inscrições para o 1º Exame de Qualificação do Vestibular Estadual 2027. Os interessados devem se inscrever até o dia 06/05, exclusivamente pela internet. Este exame é a primeira etapa do processo seletivo da universidade e consiste em uma prova objetiva com 60 questões de múltipla escolha. A prova está prevista para o dia 7/06, e os candidatos aprovados em pelo menos um dos dois exames de qualificação estarão aptos a participar do Exame Discursivo, fase final do vestibular.

Dúvidas frequentes

As inscrições devem ser realizadas por meio do site oficial do Vestibular UERJ. Para confirmar a participação, é necessário efetuar o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo estipulado no boleto bancário. O Exame de Qualificação tem caráter eliminatório e classificatório, sendo fundamental para o ingresso na universidade. Mais informações estão disponíveis no portal oficial do vestibular.

Caso Henry Borel

O ministro Gilmar Mendes, do STF, restabeleceu nesta sexta (17) a prisão preventiva de Monique Medeiros, acusada pelo assassinato do próprio filho, Henry Borel, em 2021. Em nota, a defesa de Monique disse ter recebido a decisão de Gilmar Mendes com "surpresa" e que já encaminhou questionamentos sobre a ordem.

Primeiros socorros

Mulheres de comunidades de Niterói começam a se capacitar, de forma teórica e prática, em como agir em situações de emergência em casa. A formação inclui treinamentos de primeiros socorros e simulações de o que fazer com vazamento de botijão de gás, explosão de panela de pressão, queimaduras e engasgo de crianças.

Nova placa

Um projeto de lei aprovado na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados nesta terça-feira (14), quer colocar nomes de estados e municípios nas placas dos veículos, além da bandeira da unidade da federação. O Rio de Janeiro foi o primeiro estado do país a disponibilizar o novo padrão.

Tubarão preso

Um tubarão-baleia foi registrado após ficar preso em uma rede de pesca na manhã desta quinta (16), em Arraial do Cabo, na Região dos Lagos do Rio. O caso foi identificado durante monitoramento ambiental realizado com drone. O animal foi localizado por pesquisadores da Funtec Ambiental durante uma operação de rotina do Projeto Mar de Baleias.

Produção de aço

O Estado do Rio produziu 793 mil toneladas de aço em março, respondendo por 28,2% da produção total do país. Nos três primeiros meses do ano, a produção de aço bruto fluminense acumulou 2,2 milhões de toneladas, 27,4% do total nacional. Os dados são do Instituto Aço Brasil, que representa as produtoras brasileiras.

Reflexo na economia

"A indústria do aço é estratégica para a economia nacional e do Rio de Janeiro. Trata-se de um setor que atrai investimentos, gera empregos qualificados e impulsiona diversos segmentos industriais, da construção civil à energia" destacou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Leandro Pinheiro.



Estado prorroga isenção de ICMS até dezembro de 2026

Estado amplia isenção para compras de insumos

Medida para prevenir aumento de custo é válida até dezembro

Por Clara Santa Rosa

O governador em exercício Ricardo Couto sancionou a Lei 11.156/2025, que concede isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas compras de equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde no Estado do Rio até 31 de dezembro de 2026. Publicada nesta sexta-feira (16/03) no Diário Oficial, a medida, de autoria do Poder Executivo, garante a continuidade de política tributária já adotada, evitando o aumento de custos na aquisição de materiais e equipamentos médicos, especialmente em um cenário de pressão inflacionária sobre produtos hospitalares.

A lei internaliza o Convênio ICMS nº 78/2025 e permitirá que os efeitos da desoneração sejam prorrogados até 31 de dezembro de 2026, com retroatividade a 1º de agosto de 2025, garantindo segurança jurídica às operações já realizadas e continuidade da política pública. O Convênio 78/2025 prorrogou a validade de outro Convênio Confaz, o 01/1999, que prevê a concessão do benefício. Trata-se de uma medida de caráter estrutural para a manutenção de preços acessíveis na cadeia de suprimentos do setor de saúde, beneficiando diretamente hospi-

tais, clínicas, laboratórios e demais unidades assistenciais.

Na prática, a iniciativa prorroga uma isenção que é considerada fundamental para manter o equilíbrio financeiro da área da saúde, evitando o alto custo de insumos essenciais. Conforme justificativa do projeto, estima-se que o aumento da carga tributária resultaria em encarecimento de insumos, fragilizando processos licitatórios, reduzindo a participação de fornecedores e, consequentemente, a competitividade e a diversidade da oferta. Além disso, a medida contribui para a previsibilidade orçamentária das instituições, facilitando o planejamento de compras e a manutenção de estoques estratégicos, sobretudo em unidades públicas.

Outro ponto destacado é o impacto indireto na qualidade do atendimento à população. Com custos controlados, gestores de saúde conseguem direcionar mais recursos para a ampliação de serviços, aquisição de tecnologias e melhoria da infraestrutura hospitalar. A prorrogação da isenção também dialoga com a necessidade de fortalecer o sistema de saúde após os desafios recentes enfrentados pelo setor, consolidando uma política fiscal que busca garantir acesso mais amplo e eficiente aos serviços médicos no estado.